

**G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
**Rua Hilário Vieira, 9 – São José - SC**  
**CNPJ 51.212.088/0001-46**

**Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de junho de 2024**

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.**, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2024.

**Demonstrativos compreendidos:**

- Termo Declaratório
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração Resultado abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Essas demonstrações têm como objetivo atender ao documento 9010 do Banco Central do Brasil.

Demonstrações divulgadas no site em **29/08/2024**.

<https://www.g5pay.com.br>

A Diretoria da **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

---

Diretor  
Giliardi Dos Santos

---

Diretor  
Dilmo Wanderley Berger

---

Paulo Eduardo Pereira  
CRC – 030018/O-3

## TERMO DECLARATÓRIO

Giliardi dos Santos e Dilmo Wanderley Berger, assumem inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaram estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2024.

---

Diretor  
Giliardi Dos Santos

---

Diretor  
Dilmo Wanderley Berger

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Interessados: **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.**, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A  
CNPJ 51.212.088/0001-46

**BALANÇO PATRIMONIAL**

\*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

ATIVO		NE	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVO		NE	30/06/2024	31/12/2023
<b>CIRCULANTE</b>			<u>9.122</u>	<u>1.100</u>	<b>CIRCULANTE</b>			<u>148</u>	<u>14</u>
Disponibilidades			<u>35</u>	<u>0</u>	Outras obrigações			<u>148</u>	<u>14</u>
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	8.032	1.088	1.088	Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelh.			4	0
Carteira Própria		8.032	1.088	1.088	Fiscais e Previdenciárias			9	5
Operações de crédito	5	1.045	12	12	Diversas			135	9
Operações de crédito		1.050	12	12	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	7	<u>8.996</u>	<u>1.110</u>	
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-5	0	0	<b>Capital Social</b>		<u>9.231</u>	<u>1.200</u>	
Outros Créditos		10	0	0	Capital		9.231	1.200	
Diversos		10	0	0	Lucros/(Prejuízos) acumulados		-235	-90	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<u>22</u>	<u>24</u>					
Permanente	6	22	24	24					
Outras Imobilizações de Uso		4	4	4					
Outros Ativos Intangíveis		23	23	23					
(-) Depreciações/Amortizações Acumuladas		-5	-3	-3					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>9.144</u>	<u>1.124</u>	<u>1.124</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO</b>		<u>9.144</u>	<u>1.124</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A****CNPJ 51.212.088/0001-46****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****\*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

	NE	01/01 a 30/06/2024	18/05 a 30/06/2023
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b><u>218</u></b>	<b><u>0</u></b>
Operações de crédito		195	0
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		23	0
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b><u>-5</u></b>	<b><u>0</u></b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-5	0
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b><u>213</u></b>	<b><u>0</u></b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b><u>-358</u></b>	<b><u>0</u></b>
Receitas de prestação de serviços		219	0
Despesas de pessoal	8.b	-113	0
Outras despesas administrativas	8.a	-485	0
Despesas tributárias	8.c	-45	0
Outras receitas operacionais		68	0
Outras despesas operacionais		-2	0
<b>Resultado Operacional</b>		<b><u>-145</u></b>	<b><u>0</u></b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b><u>0</u></b>	<b><u>0</u></b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b><u>-145</u></b>	<b><u>0</u></b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>		<b><u>-145</u></b>	<b><u>0</u></b>
<b>Lucro (Prejuízo) por ação</b>		<b>(0,0157)</b>	<b>0,0000</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A**  
**CNPJ 51.212.088/0001-46**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		
<b>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</b>		
	<b>01/01 a 30/06/2024</b>	<b>18/05 a 30/06/2023</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Período</b>	<b>-145</b>	<b>0</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>-145</b>	<b>0</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

**G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A**  
**CNPJ 51.212.088/0001-46**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

\*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>1.200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-90</b>	<b>1.110</b>
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	8031	0	0	0	0	0	8031
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	-145	-145
4 - Destinações:							
<b>Saldos em 30 de junho 2024</b>	<b>9231</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-235</b>	<b>8996</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>8031</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-145</b>	<b>7886</b>

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
<b>Saldos em 18 de maio 2023</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	1200	0	0	0	0	0	1200
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	0	0
4 - Destinações:							
<b>Saldos em 30 de junho 2023</b>	<b>1.200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1200</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	<b>1.200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1200</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A**  
**CNPJ 51.212.088/0001-46**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b>		
<b>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</b>		
	<b>01/01 a 30/06/2024</b>	<b>18/05 a 30/06/2023</b>
<b>1. Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-145	0
1.2 Ajustes por Depreciação	2	0
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	0
<b>2. Variação de Ativos e Obrigações</b>	<b>-7.858</b>	<b>0</b>
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-6.944	0
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-1.038	0
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-10	0
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	8	0
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	126	0
<b>3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>-7.996</b>	<b>0</b>
<b>4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	0
<b>5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento</b>	<b>8.031</b>	<b>1.200</b>
5.1 Depósitos	0	0
5.2 Empréstimos País	0	0
5.3 Dividendos pagos	0	0
5.4 Capital Social/Reservas	8.031	1.200
<b>6. Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>35</b>	<b>1.200</b>
<b>7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício</b>	<b>35</b>	<b>1.200</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024 (em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma).

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.** é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 18 de maio de 2023 através do despacho Bacen 12.404/2023.

A Companhia tem como objeto social:

- (i) a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio;
- (ii) a análise de crédito para terceiros;
- (iii) a cobrança de crédito, inclusive para terceiros;
- (iv) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas item (i), por meio de plataforma eletrônica.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 19 de fevereiro de 2024.

A **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.** avaliou os eventos subsequentes até o dia 05 de agosto de 2024, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

### **3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS**

#### **a) Apuração de resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regimento de competência, observando-se critérios “pro-rata” dia para aquelas de natureza financeira.

#### **b) Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

#### **c) Instrumentos financeiros**

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

#### **d) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
  - Passivo Contingentes- são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
  - Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.
- Não há no momento ativos, passivos contingentes e obrigações legais em qualquer situação envolvendo a Sociedade.

#### **e) Demonstração do fluxo de caixa**

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

#### **f) Ativo e Passivo circulante e exigível a longo prazo**

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **g) Resultado recorrente e não recorrente**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observado esse regramento, salienta-se que no semestre findo em 31 de dezembro de 2023 não houve a ocorrência de resultados não recorrentes.

#### **h) Impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS**

Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social, quando existentes, compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente.

As despesas com PIS e COFINS, quando existentes, são calculadas sobre as receitas sendo as alíquotas aplicadas de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas auferidas.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários seguem a seguinte composição:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Créditos Livres</b>	<b>8.032</b>	<b>1.088</b>
Cotas de Fundos de Investimento – Curto Prazo	8.032	1.088

#### 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das operações de crédito.

	<u>30/06/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	1.050	-	1.050	12	-	12
	1.050	-	1.050	12	-	12
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5)	-	(5)	-	-	-
	<b>1.045</b>	<b>-</b>	<b>1.045</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>12</b>

Constituição para provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>30/06/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	1.050	-	12	-
		<b>1.050</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>-</b>

#### 6. PERMANENTE

O ativo permanente da instituição é composto por equipamentos de processamento de dados e sistemas de processamento de dados adquiridos com taxa de depreciação/amortização de 20% a.a.

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Permanente</b>	<b>22</b>	<b>24</b>
Equipamentos de Processamento de Dados	4	4
Sistema de Processamento de Dados	23	23
(-) Depreciações/ Amortizações Acumuladas	(5)	(3)

## 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em reais

### Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 9.230.769,00 (nove milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e sessenta e nove reais), representado por 9.230.769 (nove milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e sessenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

### Resultado do Exercício

Com o resultado do primeiro semestre de 2024, a instituição registrou o saldo de prejuízo acumulado, na ordem de R\$ 145.383,63.

## 8. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Outras Despesas Administrativas

	<b>01/01 a 30/06/2024</b>	<b>18/05 a 30/06/2023</b>
Aluguéis	(6)	-
Processamento de Dados	(373)	-
Serviços do Sistema Financeiro	(10)	-
Serviços de Terceiros	(12)	-
Serviços Técnicos Especializados	(72)	-
Depreciação e Amortização	(3)	-
Outras Despesas Administrativas	(9)	-

<b>Total</b>	<u>(485)</u>	<u>-</u>
--------------	--------------	----------

**b) Despesas de Pessoal**

	<b>01/01 a 30/06/2024</b>	<b>18/05 a 30/06/2023</b>
Benefícios	(8)	-
Proventos	(80)	-
Encargos	<u>(25)</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u><b>(113)</b></u>	<u><b>-</b></u>

**c) Despesas Tributárias**

	<b>01/01 a 30/06/2024</b>	<b>18/05 a 30/06/2023</b>
Cofins/Pis	(23)	-
Tributos e Taxas	<u>(22)</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u><b>(45)</b></u>	<u><b>-</b></u>

**9. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)**

\*Valores expressos em reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 92,35% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho de 2024 em R\$ 8.976.886,55.

**10. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021**

A Resolução CMN n° 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos que estão sendo implementados, com término até o final de 2024.

Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024.

## **11. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre/exercício findo em 30/06/2024 foi autorizada pelos acionistas da **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.**, em 05 de agosto de 2024.





## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de



erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 29 de agosto de 2024.

**VGA AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9**

Assinado digitalmente por GUILHERME LUIS  
SILVA:812467499  
04

**Guilherme Luis Silva**  
**Contador CRC/SC 19.408/O-2**